

2025

Gestão da conformidade legal em 8 passos



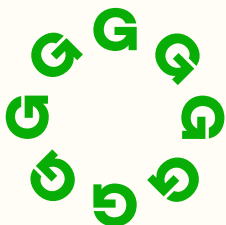
Práticas inteligentes para reduzir custos,
minimizar riscos, e garantir sustentabilidade
na sua organização.

Greenlegis

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão da conformidade legal é um processo realizado por organizações públicas, privadas e do terceiro setor para identificar, analisar e controlar o cumprimento de exigências legais (leis, decretos, portarias e demais normas).

Ela é realizada de forma contínua e sistemática, por instituições de diferentes áreas e segmentos, e **requer a participação de profissionais multidisciplinares** (técnicos em segurança do trabalho, advogados, técnicos em meio ambiente e mais).



Seu principal objetivo é **prevenir os riscos que podem afetar todas as partes envolvidas nas operações de um negócio, garantindo a integridade física e jurídica da empresa.** Ao implementar práticas eficazes de conformidade, **promovemos a segurança e a transparência nas atividades, e também fortalecemos a confiança entre clientes, parceiros e colaboradores.**

Gerenciar a conformidade legal de uma organização envolve um processo minucioso de verificação de requisitos e aspectos legais. Isso garante que, no futuro, não haverá penalidades pelo descumprimento de alguma norma (penalidades que podem ir de multas até o fechamento da empresa) ou acidentes.



Greenlegis



CONFORMIDADE LEGAL É SUSTENTABILIDADE

A gestão da conformidade legal, que é o **primeiro passo para o estabelecimento de uma cultura de sustentabilidade corporativa**, é fundamental para manter sua empresa operando de forma saudável, segundo as boas práticas sociais, ambientais e de governança.

Organizações que se preocupam com compliance (área que envolve a **conformidade legal**) evitam **riscos legais**, garantem a **continuidade do negócio** e **se posicionam positivamente** no mercado.

Se atentar às leis e normas vigentes é um **diferencial considerável**, principalmente quando são levados em consideração os **escândalos, os prejuízos e as demais perdas** vividas por organizações que ignoraram este tema.

O tema é amplo e merece debates extensos. A primeira etapa, que é falar sobre conformidade legal, você confere a seguir!

ÍNDICE

- 01 Acessar as normas
- 02 Interpretar a legislação
- 03 Extrair os requisitos aplicáveis
- 04 Verificar conformidades e não conformidades
- 05 Conscientizar a equipe
- 06 Avaliar riscos e propor planos de ação
- 07 Realizar auditorias periodicamente
- 08 Criar um registro do processo

EXTRA

Gerenciar a conformidade legal de forma simplificada



PASSO 01: ACESSAR A LEGISLAÇÃO

O primeiro passo para a gestão da conformidade legal é ter acesso às leis, aos decretos, às portarias e a outras normas que geram obrigações para a sua organização, em seus variados aspectos e nos níveis federal, estadual e municipal.

Isso inclui vasculhar sites de prefeituras, secretarias e de demais instituições, acessar portais públicos e até ir presencialmente aos órgãos reguladores em busca das normas sobre a atividade na qual seu negócio está inserido. São exemplos de órgãos reguladores:

IBAMA

CONAMA

ABNT

ANVISA

MAPA

MINISTÉRIO DO TRABALHO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SECRETARIAS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE

É importante informar que cada organização pode responder a normas legais que variam de acordo com características como:

localidade

atividade

tamanho

insumos

produtos

equipamentos

serviços

fornecedores

trabalhadores

Isso significa que organizações que possuem sede em São Paulo precisam responder às legislações municipais e estaduais diferentes das que se situam em Belo Horizonte. Tudo muda também se os ramos das atividades forem diferentes, já que as regulamentações para o setor alimentício são diferentes das do automotivo, por exemplo.

Por mais que pareça uma tarefa simples, o primeiro passo pode ser árduo. Acessar a legislação requer cuidado para que sua organização se informe de todas as normas legais que a regulamentam.



Também é necessário se manter atualizado, já que são dezenas de órgãos e entidades reguladoras publicando novas normas, revogando ou alterando as existentes todos os dias.

Uma dica é acompanhar os Diários Oficiais da União, dos estados dos municípios, e as demais publicações dos órgãos reguladores.



PASSO 2 – INTERPRETAR A LEGISLAÇÃO

O segundo passo para a gestão da conformidade legal é **interpretar a legislação**. Para isso, deve-se revisitar com cuidado todas as leis, decretos, portarias e normas acessadas e analisar cuidadosamente o que é dito.

Esse processo demanda profissionais com:

experiência, conhecimento técnico e vivência prática;

intimidade com as normas legais que geram obrigações para sua organização em cada nível da Federação.

No Brasil, a União, os estados e os municípios podem ter competência para legislar sobre os mesmos assuntos, e as devidas atribuições para cada um estão previstas na Constituição.

Na prática, isso significa que os diferentes níveis da Nação podem tratar de assuntos específicos da sua competência ou compartilhar poder com os demais setores da federação sobre o assunto.



Por exemplo: a competência sobre os recursos hídricos é dividida entre a União, os estados e os municípios, sendo que cada nível da Federação responde por uma categoria desse bem natural. Veja o caso a seguir:



são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham; Inciso III do Artigo 20 da Constituição Federal de 1988

são bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; Inciso 1 do Artigo 26 da Constituição Federal de 1988

Sendo assim, se sua organização faz captação de água de um rio que banha um estado específico, cabe atender às normas sobre a gestão e preservação dos recursos hídricos daquele estado. Se a captação for de um rio que banha mais de a estado, deve-se atender às normas da União sobre o assunto.



Saber interpretar as normas e seus desdobramentos é importante para entender além do texto - **um processo que requer a ajuda de um profissional do Direito**, por exemplo.

Cada norma legal deve ser interpretada com cuidado para que, no futuro, ela tenha seu cumprimento evidenciado corretamente.



PASSO 3 – EXTRAIR REQUISITOS APLICÁVEIS

O terceiro passo, após a interpretação das normas, é **extrair delas quais são os requisitos aplicáveis** a sua organização. Ou seja: o que é preciso cumprir.

Nesse caso, é importante **saber identificar o que é um requisito legal**. Há casos, por exemplo, em que uma legislação que se aplica à sua organização não conta com exigências atreladas a ela. Pode acontecer também de imensos textos de Leis contarem com apenas um requisito para ser cumprido.

Requisitos legais são obrigações jurídicas impostas por órgãos e entidades reguladores sobre variados aspectos.

Há normas legais de diferentes entes federativos (União, estados e municípios) que apontam o mesmo requisito ou estabelecem requisitos diferentes sobre o mesmo tema.

Nesse caso, é necessário avaliar qual requisito tem mais força jurídica, ou seja, qual sua organização deve cumprir de fato.

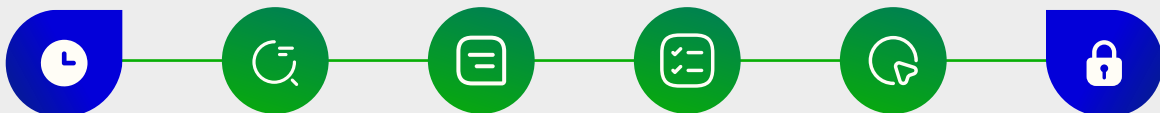




É importante também saber quais são os requisitos:

-  **de cumprimento obrigatório;**
-  **facultativos, ou que não geram sanções ou riscos para a organização e para as pessoas que fazem parte dela;**
-  **cujo descumprimento oferece riscos à continuidade da sua organização e à sua equipe - e quais são esses riscos.**

Uma prática que deve ser incluída nesse momento é o registro sistemático e organizado desses requisitos, para que nada passe em branco ou seja esquecido durante a execução das próximas etapas.





PASSO 4 – VERIFICAR CONFORMIDADES E NÃO CONFORMIDADES

O quarto passo é a **verificação das conformidades e não conformidades**. Ou seja: avaliar quais requisitos já são cumpridos ou não pela sua organização.

É o momento de **olhar atentamente** para cada requisito legal e **verificar seu status de cumprimento**: se está tudo dentro da conformidade, parcialmente conforme ou totalmente não conforme.

Para facilitar o processo, a equipe responsável por essa etapa pode se guiar por uma lista de checagem, com todos os requisitos que precisam ser validados.

Essa fase também demanda profissionais com **conhecimento e experiência no tema**, já que é preciso realizar uma auditoria interna geral na sua organização - em todos os aspectos necessários - e apontar as **conformidades** e **não conformidades**.

É recomendado que alguém de fora da organização realize uma auditoria para validação da conformidade, já que a proximidade com a equipe pode tornar o olhar do profissional tendencioso.

É possível avaliar os requisitos sobre uma área específica, um departamento, ou de forma geral. Isso depende do objetivo da sua organização com a gestão da conformidade.



PASSO 5 –CONSCIENTIZAR A EQUIPE

O quinto passo é **conscientizar toda a sua organização** sobre a relevância da gestão da conformidade legal.

É importante informar:

- ☒ o que é o processo;
- ☒ quais são as conformidades e não conformidades encontradas na sua organização;
- ☒ quais serão os próximos passos necessários para a adequação.

Também vale esclarecer que as **não conformidades podem resultar em multas e até no fechamento da organização**. Dessa forma, todos terão noção da seriedade do processo!



É necessário se atentar para que:

✓ a informação chegue a todas as pontas da corporação, de forma prática e de fácil entendimento.

✓ todos saibam sua parcela de responsabilidade para a garantia da conformidade legal.

empresas que contam com mais de uma unidade tenham cuidado redobrado para que todas as informações circulem de forma eficiente e padronizada entre as unidades.

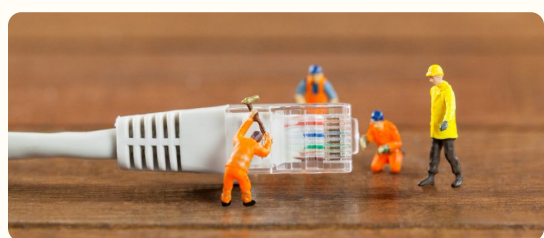
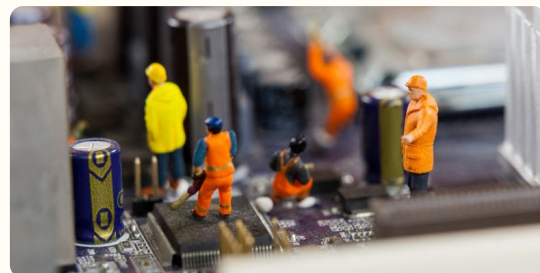
Também é fundamental que a equipe possa contar com suporte especializado em caso de dúvidas sobre o assunto.

Isso confere segurança sobre como proceder e evita o desperdício de tempo e dinheiro com ações desnecessárias ou equivocadas.



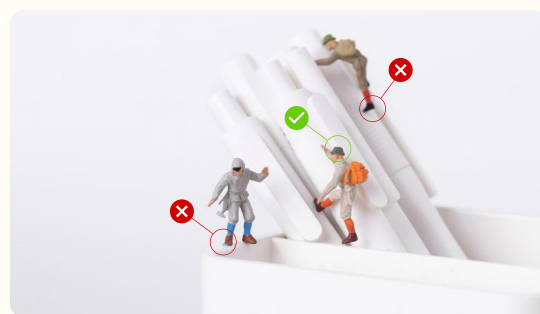


Os requisitos legais são diversos, possuem diferentes níveis de especificidade e tratam de uma infinidade de assuntos. Então, **é preciso que haja uma estrutura muito bem arquitetada** para verificar e supervisionar os papéis de cada setor na gestão da conformidade.



É importante lembrar aos colaboradores que **os requisitos podem contar com prazos para cumprimento** que precisam ser controlados de forma **segura e atenciosa**.

A conscientização não precisa necessariamente estar na quinta etapa do processo, seguindo à risca a ordem desse passo-a-passo. A gestão da conformidade pode inclusive **ser feita de forma colaborativa, com contribuições das próprias equipes sobre as conformidades e não conformidades**.



Em muitas organizações, a conscientização é o primeiro passo. Quando feito dessa maneira, **a gestão de conformidade legal pode se tornar responsabilidade de todos** — caso em que **a organização como um todo se beneficia**.



PASSO 6 – AVALIAR RISCOS E PROPOR PLANOS DE AÇÃO

O sexto passo é **avaliar os riscos identificados** durante a verificação da conformidade e **propor planos de ação** para que tudo fique de acordo com a Lei.

Esse processo requer planejamento para definir métricas de prioridade sobre os tipos riscos envolvidos em cada não conformidade. Dessa forma, sua organização saberá quais pendências resolver primeiro.

Por exemplo: se sua organização é uma usina de grande porte, uma escada sem sinalização e um vazamento de gás representam graus de risco diferentes.

É indiscutível que ambas as não conformidades devem ser resolvidas de forma rápida, mas o esforço destinado para a contenção do vazamento de gás tem mais urgência por causa da dimensão potencial dos danos em caso de algum imprevisto.



Ainda neste sentido, é importante que os planos contenham todo o planejamento, não apenas para o alcance da conformidade, mas para medidas emergenciais.

No geral, os planos de ação devem estabelecer:

- ✓ O que será feito e qual o prazo para a conclusão de cada etapa;
- ✓ Quem serão os responsáveis por garantir que a não conformidade seja resolvida.

Outro ponto de atenção, do qual já falamos anteriormente, é que pode haver requisitos legais com prazo de vencimento ou que devem ser averiguados periodicamente. Nesse caso, são necessários planos de ação para acompanhamento periódico.

Por fim, é importante incluir toda a equipe no processo de planejamento e se certificar, em seguida, de que os colaboradores da sua organização estão cientes de seus papéis na execução dos planos de ação.



PASSO 7 – REALIZAR AUDITORIAS PERIODICAMENTE

O sétimo passo é acompanhar o cumprimento da conformidade legal e realizar auditorias para validar a regularidade das ações periodicamente.

Como dito anteriormente, mecanismos reguladores são criados e alterados com frequência. Além disso, os processos de gestão da conformidade podem se perder com o tempo (por causa de mudanças em equipes, por exemplo) e gerar irregularidades.

As auditorias periódicas são uma forma de evitar não conformidades e de conferir que todos os colaboradores que lidam com a gestão dos requisitos legais estão comprometidos com o cumprimento das normas.

Auditorias fornecem diagnósticos relevantes sobre a conformidade com a legislação e atuam como agentes preventivos de riscos jurídicos, o que evita sanções legais (como multas).

As auditorias devem ser realizadas por profissionais capacitados, que tenham olhar atencioso ao cumprimento da legislação e que não sejam – de preferência – parte da organização. Dessa forma, são evitados vieses nos diagnósticos.



Se bem executadas, as auditorias apresentam informações e direcionamentos importantes para a tomada de decisões e o gerenciamento dos pontos mais críticos nas organizações.

Bons auditores irão apontar quais práticas devem ser seguidas para que os requisitos legais sejam cumpridos com segurança.





PASSO 8 – CRIAR UM REGISTRO DE DOCUMENTOS

O oitavo e último passo é **armazenar – de forma organizada - todos os documentos** que comprovam a conformidade legal da sua organização, assim como os planos de ação e demais registros de processos.

Esses documentos são de extrema importância para aspectos técnicos e jurídicos, já que são materiais de consulta e evidências da regularidade da corporação.

Eles podem ser usados, por exemplo, para fins comprobatórios em caso de fiscalizações e inspeções, bem como em processos administrativos e judiciais.

Ter registros também possibilita:

1

visualizar a evolução dos processos de gestão da conformidade ao longo do tempo, o que pode subsidiar melhorias;

2

conferir transparência e credibilidade aos esforços das empresas no atendimento aos diplomas legais.

Esse ponto é fundamental porque, afinal, de nada adianta investir e ter bom desempenho em relação ao monitoramento e controle da conformidade legal se não há como comprovar essas práticas.





EXTRA



OTIMIZE A JORNADA DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA DA SUA EMPRESA NA GREENLEGIS

Com o Greenlegis Conformidade Legal (da Plataforma Greenlegis) sua organização realiza – de forma simplificada – toda a gestão da conformidade legal em um só ambiente.

Com o Conformidade Legal, sua organização conta com todas as possibilidades a seguir:

✓ Acesso à legislação

Contamos com um Banco de milhares de Normas cadastradas e atualizadas diariamente para consulta e verificação da conformidade.

✓ Interpretação da legislação

Todas as leis, decretos e demais normas do nosso Banco já foram avaliadas por especialistas e suas interpretações estão disponíveis na Plataforma.



✓ **Extração de requisitos aplicáveis**

Todos os requisitos aplicáveis à sua organização já foram extraídos das normas e sua organização tem acesso apenas ao que precisa cumprir.

✓ **Verificação de conformidades e não conformidades**

Você verifica quais são as conformidades e não conformidades na sua organização em um ou dois cliques - e atribui responsabilidades e prazos para resolver as não conformidades.

✓ **Conscientização da equipe**

A Green conta com um time preparado para implementar a Plataforma na sua organização e realizar treinamentos com a sua equipe.

✓ **Avaliar riscos e propor planos de ação**

Sua organização pode criar planos de ação e gerenciar riscos diretamente nos módulos do Greenlegis Conformidade Legal.

✓ **Realizar auditorias periodicamente**

A Green conta com equipes especializadas e capacitadas para realizar auditorias de conformidade legal.



✓ Criar um registro do processo

Todo o processo de gestão da conformidade e seus documentos ficam registrados com segurança, 100% na nuvem, e acessíveis de qualquer lugar.

E a Green é a **única empresa do segmento que protege os dados da sua organização de acordo com padrões internacionais de segurança da informação e privacidade: somos ISO 27001 e ISO 27001!**



Saiba mais sobre a Green



Greenlegis



CONHEÇA A GREENLEGIS



Conferimos **controle, clareza e eficiência** para a rotina de **sustentabilidade** da sua organização, com **soluções de compliance** para a sua equipe e para terceiros, da **conformidade legal** à **gestão da cadeia de suprimentos**.

Te ajudamos a garantir a qualidade dos seus produtos e serviços e a proteger o seu negócio de forma intuitiva e simplificada: com a Plataforma Greenlegis, você está a alguns cliques da conformidade legal, da segurança jurídica e de um gestão ágil e estratégica de seus fornecedores e trabalhadores.



Gerencie a conformidade legal e os processos de homologação da sua cadeia de suprimentos internas e de terceiros (de fornecedores e trabalhadores), incluindo as demandas relacionadas às certificações ISO.

TECNOLOGIA

Tenha acesso aos melhores auditores de conformidade legal e de homologação de fornecedores do mercado. Conte conosco para ter diagnósticos qualificados fundamentais para prevenir riscos jurídicos e obter certificações ISO.

AUDITORIA

Greenlegis

Sustentabilidade corporativa e gestão de riscos sem abrir mão da produtividade.

Fale com um especialista



Green.